

PEC 06/2019 sob a perspectiva do trabalho

Texto aprovado na Câmara dos Deputados

Audiência Pública : “Previdência e Trabalho”

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Senado Federal

Brasília, 30 de julho de 2019

Síntese

A “NOVA PREVIDÊNCIA” FOI REJEITADA NO PRIMEIRO TURNO MAS O RISCO DE DESMONTA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA, UNIVERSAL E SOLIDÁRIA SE MANTÉM

Principais alterações aprovadas

- ✓ Dificulta ou retarda a concessão da aposentadoria
- ✓ Exige maior tempo e maiores valores de contribuição
- ✓ Rebaixa os valores do benefício pela regra de cálculo da média e da fixação do provento
- ✓ Rebaixa as pensões com adoção de cotas, desvinculação do mínimo e limitação de acumulação
- ✓ Regras de transição abrangem minoria dos atuais segurados

Principais alterações aprovadas

- ✓ Foi rejeitado o regime de capitalização obrigatório em contas individuais nos bancos privados, mas a ameaça da privatização avançar sobre a previdência pública se mantém
- ✓ Retira da Constituição diversos parâmetros facilitando mudanças futuras
- ✓ Mas as mudanças paramétricas estão encaminhadas
- ✓ Há pontos críticos que permanecem e que precisam ser corrigidos

O que acontece se a PEC
6/2019 for aprovada?

A promessa

Corrigir injustiças

Evitar o colapso financeiro da previdência social

Gerar milhões de empregos

Impacto fiscal da PEC 06/2019 1º turno

Estimativas do Ministério da Economia para 10 anos

RGPS e BENEF ASSISTENCIAIS	R\$ bilhões	% TOTAL
TOTAL RGPS	654,7	70,1%
<i>Aposentadoria por idade</i>	110,7	11,9%
<i>Apos p/ tempo de contribuição</i>	384,8	41,2%
<i>Aposentadoria por invalidez</i>	78,6	8,4%
<i>Pensão por morte</i>	128,1	13,7%
<i>Outros</i>	-18,0	-1,9%
<i>Novas alíquotas de contribuição</i>	-28,4	-3,0%
<i>IRPF RGPS</i>	-1,2	-0,1%
Focalização do abono salarial	76,4	8,2%
BPC/Loas	23,4	2,5%

RPPS da União	R\$ bilhões	% TOTAL
TOTAL	159,8	17,1%
Aposentadorias	103,2	11,1%
Pensão por morte	11,2	1,2%
Receita postergação de benef	23,5	2,5%
Novas alíquotas de Contribuição	25,7	2,8%
IRPF RPPS	-3,8	-0,4%

REDUÇÃO DE DESPESAS/CONTRIBUIÇÕES SEGURADOS	914,3	97,9%
CONTRIBUIÇÃO EMPRESAS (CSLL adicional 5% para bancos)	19,2	2,1%
TOTAL GERAL	933,5	100,0%

80,8%



CORRIGIR INJUSTIÇAS?

TOTAL DE BENEFÍCIOS <u>ATIVOS EM 2017</u>					
Número de benefícios: 34.294.510					
Valor médio dos benefícios: R\$ 1.326,99					
Benefícios do RGPS		Benefícios Assistenciais			Encargos previdência União - EPU**
29.606.895 (86,9%) – R\$ 1.388,08		4.677.854 (13,6%) R\$ 938,98			9.761 (0,02%) R\$ 1.997,75
Previdenciários 28.812.135 (97,3%) R\$ 1.392,67	Acidentários (decorrentes da atividade laboral) 794.760 (2,7%) R\$ 1.221,47	PcD 2.525.924 (54%) R\$ 936,99	Idoso 2.020.204 (43,2%) R\$937,00	Pensão e Renda mensal vitalícia* 131.726 (2,8%) R\$1.007,64	

Sobre quem recai o ônus da reforma?

- A reforma extrai seus ganhos principalmente dos trabalhadores do setor privado
- Argumento do governo e defensores da “justiça” da reforma
 - Redução de despesas per capita é maior para os servidores da União e para quem está melhor posicionado no mercado de trabalho
- Contra-argumento
 - Benefícios refletem qualificação, ocupações, salários e contribuições no setor público e no setor privado
 - Reforma do setor público já foi feita em 2003
 - Reforma corta na carne benefícios para trabalhadores de baixos salários
 - Risco de exclusão previdenciária num mercado de trabalho que se precariza

Mercado de Trabalho deteriora e as regras para acesso a previdência “endurecem”

(Pnad C, trimestre abril-maio-junho 2019)

- o número de pessoas ocupadas cresce, mas cresce a subocupação e as ocupações menos protegidas
- o número de trabalhadores por conta-própria bateu recorde com 24,1 milhões, mas a maioria sem contribuição à previdência.
- Segundo trimestre de 2019 são 12,8 milhões de desempregados, 4,9 milhões de desalentados e quase 7,4 milhões de subocupados.
- Aumenta a taxa de informalidade (40%) e cai o rendimento médio real

COLAPSO FINANCEIRO DA PREVIDÊNCIA?

	Seguridade Social
2005	72,8
2006	60,9
2007	70,9
2008	66,3
2009	34,3
2010	57,6
2011	78,2
2012	83,9
2013	78,9
2014	57,6
2015	13,7
2016	-54,5
2017	-56,9

- As receitas da Seguridade Social foram ultrapassadas pelas despesas em 2016
- Renúncias de receitas tributárias (R\$ 287,5 bilhões em 2018)
- Dívidas não cobradas devidamente (R\$ 476,7 bilhões em 2018) e da sonegação fiscal
- Em 2018, perdão de R\$ 47,4 bilhões de dívidas, maior parte grandes empresas e bancos (Itaú, Santander, JBS, Volks, Ambev, Braskem, etc)

Determinantes da situação da Previdência

- ❑ O resultado fiscal da previdência é determinado de fora para dentro:
- pela política macroeconômica que provoca a depressão econômica.
 - Corte radical de investimentos do governo federal
 - Juros altos
 - Redução de crédito público (e do privado)

Ciclo: queda do investimento agregado e da produção industrial →
desemprego → queda da massa salarial, elevado endividamento
das famílias e queda da contribuição previdenciária →
redução do consumo das famílias → queda na arrecadação →
queda na receita previdência

GERAR MILHÕES DE EMPREGOS?

O que determina o nível de emprego, em última instância, é a demanda. **O empresário só investe quando tem demanda.** E o governo está propondo é encolher a demanda.

Todo recurso pago em benefícios, vai para economia em forma de consumo e volta em arrecadação (impostos indiretos)

Em 2018, os benefícios previdenciários rurais corresponderam a 33% PIB Agropecuário

Em 2546 municípios os benefícios previdenciários superam o FPM

Redução da Renda



Redução do Consumo



Redução da Produção



Desemprego

Papel do Senado: A questão distributiva

- É preciso ampliar o foco da discussão da concentração de renda para englobar as pessoas que estão no topo da pirâmide de renda e riqueza, não dependem da Previdência e não serão afetados pela reforma
- Até o momento, não houve medida concreta para que o 1% do topo contribua com o ajuste fiscal.
- Ao contrário, serão os beneficiários de um ajuste que visa dar aos investidores e especuladores garantias de que irão receber integralmente os juros e seu capital investido em títulos públicos;

Por fim...

A reforma da previdência não será capaz de recolocar o Brasil numa trajetória de crescimento econômico com redução da desigualdade socioeconômica

É necessário discutir o sistema tributário brasileiro, em especial seu caráter regressivo, melhorar o ambiente de negócios e promover a geração de empregos protegidos pelas leis trabalhistas e com boa remuneração.

OBRIGADO!

